



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE  
E RECURSOS HIDRICOS - SISEMA  
Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERH



1. AUTO DE INFRAÇÃO: Nº: 67765

Folha 1/2

Vinculado ao:  Auto de Fiscalização nº 84.276-19/2012 de 20/06/2012  
 Boletim de Ocorrência nº de / /

Lavrado em Substituição ao AI nº /

2. Agenda:  FEAM  IEF  IGAM

3. Órgão Autuante:  FEAM  IGAM  IEF  PMMG  
 SUPRAM

4. Penalidades Aplicadas: 1-  Advertência 2-  Multa Simples 3-  Multa Diária 4-  Apreensão 5- Embargo:  de Obra ou  de Atividade  
6- Suspensão:  de Atividade  de Venda  de Fabricação 7-  Demolição obra 8-  Restritiva Direitos  
As penalidades deverão ser descritas no campo 14.

5. Autuado

Nome do Autuado/ Empreendimento: JOSÉ RODRIGUES NETO  
 CPF  CNPJ  RG  RGP  Título Eleitoral  CNH-UF  Placa do Veículo  RENAVAL  
034.973.056-34  
Endereço do Autuado/ Empreendimento (Correspondência): AV. RILDO ESTEVES DE SOUZA, RUA RONCADOR Nº / Km 291 Complemento  
Bairro/Logradouro: CENTRO Município: UNAI UF: MG  
CEP: 318.6110-01010 Cx Postal: Fone: 88316176-81510 E-mail:

6. Atividade

AAF  Licenciamento  DAIA  Outorga  Não há processo  Processo nº 90150/2003/002/2010  
Atividade desenvolvida: CULTURAS ANUAIS, EXCLUINDO A OLERICULTURA; BOVINOCULTURA Código da Atividade: 6-01-03-1 Porte: PEQUENO Classe: 01

7. Outros Envolvidos Responsáveis

Nome do 1º envolvido  CPF  CNPJ Vínculo com o AI Nº  
Nome do 2º envolvido  CPF  CNPJ Vínculo com o AI Nº

8. Localização da Infração

Endereço da Infração: Rua, Avenida, Rodovia, Fazenda, etc: FAZENDA TABOÇA, RODOVIA MG-251, Km 43, VIRAR À ESQUERDA, + 3 Km  
Complemento (apartamento, loja, outros): Bairro/Logradouro/Distrito/Localidade: ZONA RURAL  
Município: UNAI CEP: 318.6110-0000 Fone: 88316176-81510  
Infração em ambiente aquático:  Rio  Córrego  Represa  Reservatório UHE  Pesque-Pague  Criatório  Tanque-rede  
 Outro Denominação do local:  
Coord. Geográficas: DATUM (X) WGS  SAD 69  Córrego Alegre Latitude: 31,75 Graus 16 Minuto 43 Segundo Longitude: 14,81 Graus 46 Minuto 48 Segundo  
Planas: UTM FUSO 22 23 24 X= (6 dígitos) Y= (7 dígitos)  
Referência do Local: FAZENDA TABOÇA (COORDENADA GEOGRÁFICA NA SEDE DA FAZENDA).

9. Descrição da Infração

01- UTILIZAR ÁGUA SUBTERRÂNEA PARA CONSUMO HUMANO, SEM O DEVIDO CADASTRO DE USO INSIGNIFICANTE.  
02- CAPTAR ÁGUA SUPERFICIAL NO Córrego TABOÇA/CAIÇARAS, PARA A DESSE DENTADAÇÃO DE ANIMAIS, SEM A DEVIDA OUTORGA HÍDRICA.

AUTO DE INFRAÇÃO  
Processo: 90150/2003/002/2012  
Documento: 67765/2012



Pág.: 005

SUPRAM  
PROCESSO Nº: 0577812/2012  
AGENTE: Administrativa FL Nº  
VISTO: TOROESTE

Assinatura do Agente Autuante-MASP/Matricula

Assinatura do Autuado



10. Embasamento Legal	Inf.	Artigo	Anexo	Código	Inciso	Alínea	Decreto/ano	Lei / ano	Resolução	DN	Port. Nº	Órgão
	01	84	II		201	-	-	41.844/08	-	-	-	-
02	84	II		214	-	-	41.844/08	-	-	-	-	-

11. Atenuantes /Agravantes	Atenuantes					Agravantes				
	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Redução	Nº	Artigo/Parág.	Inciso	Alínea	Aumento
02	68		I	H	30%	-	-	-	-	-

12. Reincidência:  Genérica  Específica  Não foi possível verificar

13. Penalidades Aplicadas (Advertência e Multa) e ERP	Infração	Porte	Penalidade	Valor	<input type="checkbox"/> Acréscimo <input checked="" type="checkbox"/> Redução	Valor Total
	01	P		<input checked="" type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	-	-
02	P		<input type="checkbox"/> Advertência <input checked="" type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária	2.501,00	30%	1750,70
			<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			
			<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			
			<input type="checkbox"/> Advertência <input type="checkbox"/> Multa Simples <input type="checkbox"/> Multa Diária			
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
ERP:		Kg de pescado	Valor ERP por Kg: R\$	Total: R\$		
Valor total dos Emolumentos de Reposição da Pesca: R\$ _____ ( )						
Valor total das multas: R\$ 1750,70 Um mil e setecentos e oitenta reais e setenta centavos						
No caso de advertência, o autuado possui o prazo de 90 dias para atender as recomendações constantes no campo 14, sob pena de conversão em multa simples no valor de R\$ 251,00 (duzentos e cinquenta e um reais)						

14. Demais penalidade/ Recomendações/ Observações
Anotação Complementar/ Recomendações/ Observações
- COMPROVAR O CADASTRO DE USO INSIGNIFICANTE DO POÇO MANUAL DE ÁGUA SUBTERRÂNEA, UTILIZADA PARA CONSUMO HUMANO, NO PRAZO MÁXIMO DE 90 DIAS.

15. Testemunha	Nome Completo			<input type="checkbox"/> CPF	<input type="checkbox"/> CNPJ	<input type="checkbox"/> RG
	Endereço: Rua, Avenida, etc.		Nº / Km	Bairro / Logradouro	Município	
UF	CEP	Fone ( )	Assinatura			

16. Testemunha	Nome Completo			<input type="checkbox"/> CPF
	Endereço: Rua, Avenida, etc.		Nº / Km	Bairro / Logradouro
UF	CEP	Fone ( )	Assinatura	

Processo: 90160/2003.003/2012  
Documento: 677812/2012

Pag.: 008

Pag.: 008

O AUTUADO TEM O PRAZO DE ATÉ 20 (VINTE) DIAS DO RECEBIMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO PARA O PAGAMENTO DA MULTA OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA PARA:  PRESIDENTE/FEAM  DIRETOR GERAL/IGAM  DIRETOR GERAL/IEF, NO SEGUINTE ENDEREÇO:

SUPRAM NOR - RUA JOVINO RODRIGUES SAUTAMA, nº 10, BAIRRO NOVA QUINÉIA, UNAI-MG, CEP: 38.610-000.

(VIDE OUTROS LOCAIS E INSTRUÇÕES DE DEFESA NO VERSO DA FOLHA 1)

17. Assinaturas	Local: UNAI	Dia: 12	Mês: 07	Ano: 2012	Hora: 11:25
	Servidor (Nome Legível) <b>CASSIO F. LOPES - 114.9347-6</b> Assinatura do servidor	MASP/Matricula <b>114.9347-6</b>	Autuado/Êmpreendimento (Nome Legível) <b>JOSÉ RODRIGUES NETO/FAZ. TABOÇA</b> Função/Vínculo com o Autuado <b>PROPRIETÁRIO DA FAZENDA</b> Assinatura do Autuado/Representante Legal		
<input checked="" type="checkbox"/> SEMAD <input type="checkbox"/> FEAM <input type="checkbox"/> IEF <input type="checkbox"/> IGAM <input type="checkbox"/> PMMG					





ILUSTRÍSSIMA SENHORA SUPERINTEDEDENTE REGIONAL DA  
SUPRAM NOROESTE.

Auto de infração nº 67765

JOSÉ RODRIGUES NETO, brasileiro, casado, fazendeiro, portador da cédula de identidade nº M3-900.058 SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 034.973.056-34, inscrito sob o CEI nº 1170400103/84, residente e domiciliado na Rua Gerson Rodrigues Gondim, 329, centro, Unaí/MG, vem, perante V. Sa., por seus advogados abaixo assinados, apresentar DEFESA ADMINISTRATIVA, em face do auto de infração em epígrafe, o que faz pelas razões abaixo:

## 1. Breve resumo dos fatos.

Trata-se de auto de infração por utilizar água subterrânea para consumo humano sem o devido cadastro de uso insignificante, bem como por captar água superficial do

Região Sul Copern. 13, 08, 12, 15, 49, 281748/2012

córrego taboca sem a devida outorga hídrica, tipificadas no art. 84 e anexo II, 201, 214 do Decreto 44.844/08.

Não merece, todavia, prosperar o presente auto de infração, senão vejamos:

**2. Nulidade do auto de infração. Ausência de indicação do dispositivo de lei infringido. Ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa.**

Inicialmente há de se invocar a nulidade do auto de infração por ausência de observância dos requisitos legais para sua confecção, bem como pela ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa previstos no art. 5º, inc. LV da Constituição Federal.

É que o auto de infração não indica em nenhum momento qual o dispositivo de Lei infringido, limitando-se a indicar dispositivo do Decreto 44.844/08.

A ausência de indicação do dispositivo de Lei formal torna nulo o auto de infração, já que o torna sem fundamento legal, bem como causa ofensa ao princípio do contraditório e ampla na medida em que não permite ao autuado saber exatamente qual infração foi supostamente cometida, o que lhe impede o exercício amplo de sua defesa.

Afinal, ante a observância ao princípio da legalidade, *in casu*, da reserva legal, ninguém pode ser obrigado a fazer ou não fazer alguma coisa senão em virtude de Lei formal, conforme art. 5º, inc. II da CF.





Em sendo assim, não pode ser impelido ao autuado a observância de um mero Decreto regulamentar, sem indicar qual infração legal supostamente cometida.

Para se ter uma ideia do prejuízo para a defesa, não havendo indicação do dispositivo de Lei infringido, não há sequer como alegar e demonstrar eventual inconstitucionalidade do Decreto e/ou que o mesmo ultrapassou o poder regulamentar no que concerne à previsão das infrações.

É que, não sabendo qual Lei supostamente foi infringida, não se sabe se a previsão das infrações apontadas no Decreto constitui mera regulamentação ou criação de obrigação.

Afinal, partindo-se da premissa de que o Decreto não pode criar infrações, deve estar este em consonância com eventual lei.

Com efeito, deve ser declarada a nulidade do auto de infração, cancelando-o.

### **3. Insubsistência do auto de infração. Advertência. Existência de autorização para uso insignificante da água.**

Na eventualidade de não ser declarada a nulidade do auto, o que somente admite para argumentar, o mesmo deverá ser considerado insubsistente, tendo em vista a existência de cadastro de uso insignificante.

Conforme consta do auto de infração, o Requerente foi autuado com pena de advertência por supostamente utilizar água subterrânea para consumo humano, sem o devido cadastro de uso insignificante, sendo-lhe concedido prazo de 90 dias para comprovar o referido cadastro.

Dessa forma, deverá ser considerado insubsistente o auto de infração, tendo em vista a existência de cadastro desde o ano de 2009, com a devida renovação até o ano de 2015, conforme comprova certidões de registros anexo.

*3.1. Captar água superficial para dessedentação de animais sem outorga. Existência processo administrativo de renovação.*

Consta ainda do auto de infração a captação de água superficial no córrego Taboca/Caiçaras sem a devida outorga.

Ocorre que, conforme consta do auto de fiscalização nº 84276-19 de 2012, existe um processo administrativo de renovação de outorga de nº 1073/2011 da portaria IGAM nº 1098/2006, para a captação localizada na coordenada geográfica 16°43'21'15", ou seja, muito próximo da captação para dessedentação de animais localizada na coordenada 16°43'31'91".





Dessa forma, entendia o autuado que a outorga existente, bem como o pedido de renovação englobava as duas captações, tendo em vista a proximidade uma da outra e por esta se tratar de uso insignificante.

Ora, se soubesse o autuado que outorga existente não abrangia a captação superficial para dessedentação de animais, por obvio que teria providenciado sua regularização, até mesmo porque se trata de mero procedimento administrativo.

No entanto, para a devida regularização, já formalizou o pedido de outorga, conforme demonstrado pela copia de formulário protocolizado, documento anexo.

#### **4. Inobservância da legislação na aplicação da multa.**

Na eventualidade, o auto ainda deverá ser declarado nulo ou ao menos reduzido o valor da multa aplicada, já que sua aplicação não observou os critérios imprescindíveis previstos na legislação.

##### ***4.1. Inobservância das atenuantes -art. 68, inc. c, d, e, f, i, do Decreto 44.844/08.***

Ainda é nulo o auto de infração porque não observou as atenuantes aplicáveis, as quais, obviamente reduziriam consideravelmente o valor da multa aplicada.

Consoante será demonstrado, trata-se de (i) fatos de menor gravidade; (ii) pequeno produtor rural; (iii) colaboração com os órgãos ambientais na solução dos advindos de sua conduta com a formalização do pedido de outorga; (iv) produtor rural possui reserva legal devidamente averbada e preservada; (v) existe mata ciliar e nascentes preservadas.

Com efeito, deveriam ser observadas as atenuantes do art. 68, inc. c, d, e, f e i do Decreto 44.844/08 as quais, incidirão cumulativamente reduzindo a multa em até 50% do valor mínimo da faixa correspondente da multa, conforme permite o art. 69 do referido Decreto.

Afinal, as atenuantes são cumulativas e cada uma reduz em 30% o valor da multa - art. 69 do Decreto 44.844/08.

Nulo, portanto, é o auto.

Na eventualidade, impõe-se a consideração das atenuantes para fins de reduzir o valor da multa.

## 5. Pedidos.

ISSO POSTO, requer seja acolhida a presente defesa administrativa, anulando o auto de infração.

Na eventualidade, requer seja julgado insubsistente o Auto de Infração.








Ainda na eventualidade, seja revista o valor da multa para aplicá-la de considerando ainda o valor mínimo e as atenuantes.

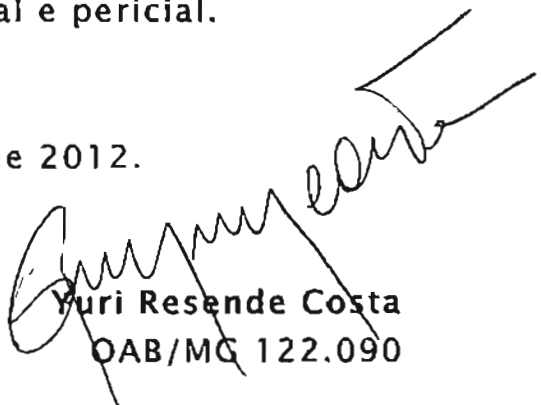
Requer, ainda, que todas as notificações sejam dirigidas aos advogados que ora subscrevem, eis que se encontram devidamente constituídos.


Provará o alegado, por todos os meios admitidos em direito, em especial por prova documental, inclusive novos documentos, testemunhal e pericial.

É o que requer.

Unai/MG, 13 de agosto de 2012.

  
Guilmar Alves Caixeta Junior  
OAB/MG 107.627

  
Yuri Resende Costa  
OAB/MG 122.090

  
Grace Rodrigues Faria Costa  
OAB/MG 122.085





<b>PARECER UNICO</b>	<b>PROTOCOLO Nº 0907325/2014</b>
Indexado ao Processo nº 90150/2003/003/2012	

### 1. Identificação

Empreendimento/ Empreendedor: Fazenda Taboca / José Rodrigues Netto	CNPJ / CPF: 034.973.056-34
Empreendimento (nome fantasia) Fazenda Taboca	
Município: Unaí/MG	
Atividade predominante: Culturas anuais, Excluindo a Olericultura; Bovinuocultura	
Código da DN G-01-03-1	
Porte do Empreendimento Pequeno (X) Médio ( ) Grande ( )	Potencial Poluidor Pequeno ( ) Médio (X) Grande ( )
Classe do Empreendimento: Classe 1	

### 2. Discussão

Na data de 12 de julho de 2012 foi lavrado o Auto de Infração nº 67765 que contempla as penalidades de multa simples, no valor de R\$ 1.750,70 (mil setecentos e cinquenta reais e setenta centavos), e de advertência, em face do empreendimento Fazenda Taboca, localizado no Município de Unaí/MG, por ter sido constatada a prática da(s) seguinte(s) irregularidade(s), prevista(s) no(s) artigo(s) 83, anexo II, códigos 201 e 214, do Decreto Estadual nº 44.844/2008:

*"01 – Utilizar água subterrânea para consumo humano, sem o devido cadastro de uso insignificante."*

*"02 – Captar água superficial no córrego Taboca/Caiçaras, para a dessentação de animais, sem a devida outorga hídrica" (Auto de Infração nº 67765).*

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação exigível.

O Auto de Infração em análise foi enviado à autuada por meio do ofício OF/SUPRAMNOR/Nº 1077/2012, tendo sido recebido em 23 de julho de 2012, conforme demonstra o Aviso de Recebimento – AR – presente no processo à folha 07.

A defesa é tempestiva, uma vez que foi protocolada na SUPRAM NOR dia 13 de agosto de 2012 (segunda-feira), ou seja, dentro do prazo de 20 (vinte) dias previsto pelo art. 33, do Decreto Estadual nº 44.844/2008, oportunidade em que alegou, em síntese, que:

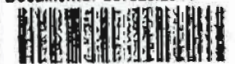
→ O auto de infração é nulo por ausência de observância dos requisitos legais para sua confecção, bem como pela ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa, previstos na Constituição Federal;

**SUPRAM NOR**

Rua Jovino Rodrigues Santana, nº10  
Bairro Nova Divinéia – Unaí/MG  
CEP 38.610-000 – Tel.: (38) 3677-9800

DATA 09/09/2014  
Página: 1/6





- O auto de infração é nulo por não indicação do dispositivo de lei formal infringido;
- O auto de infração deverá ser considerado insubsistente quanto à autuação relativa à pena de advertência, devido à existência de cadastro de uso insignificante desde 2009, com a devida renovação até o ano de 2015;
- No processo administrativo de renovação de outorga nº 1073/2011 possui portaria IGAM nº 1098/2006 para captação na coordenada 16°43'21"15, que é muito próxima da captação para dessentação de animais, objeto de autuação, localizada na coordenada 16°43'31"91. Em razão dessa proximidade, entendia que o pedido de renovação e a outorga englobavam as duas captações;
- No entanto, já formalizou o pedido de outorga;
- Não foram observadas as atenuantes do art. 68, incisos 'c', 'd', 'e', 'f', e 'i', do Decreto Estadual nº 44.844/2008, tratando-se de fatos de menor gravidade; colaboração do autuado na solução dos "advindos de sua conduta com a formalização do pedido de outorga"; possui reserva legal devidamente averbada e preservada, existe mata ciliar e nascentes preservadas.

### 3. Análise

Os argumentos apresentados na defesa são desprovidos de quaisquer fundamentos técnicos ou jurídicos capazes de descaracterizarem o Auto de Infração em questão.

Não obstante tais fatos, consideramos oportuno tecer as seguintes considerações:

A defesa equivoca-se ao afirmar que o Auto de Infração é nulo por não observar os requisitos legais para sua confecção, por ofensa aos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa ou por não indicação do dispositivo de lei formal infringido.

No Estado de Minas Gerais, as normas referentes à tipificação e classificação de infrações às normas de proteção ao meio ambiente, bem como os procedimentos administrativos de fiscalização e aplicação das penalidades, estão devidamente estabelecidas pelo Decreto Estadual nº 44.844/2008, que regulamenta as normas contidas no inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, na Lei Delegada nº 125/2007 e nas Leis nº 7.772/1980, nº 13.199/1999, nº 14.181/2002, nº 14.184/2002, e nº 20.922/2013.

Ademais, o procedimento previsto na norma para apuração do auto de infração assegura a ampla defesa e o contraditório, oportuniza prazos para defesa e para recurso, bem como certifica a análise de provas, tudo em plena consonância com os princípios constitucionais.

Assim, o Auto de Infração em apreço possui todos os requisitos de validade previstos nos artigos 27 e 31, ambos do Decreto Estadual supracitado.





Em relação à penalidade de advertência pela falta de Cadastro de Uso Insignificante para fins de captação de água subterrânea para consumo humano, o autuado apresentou a Certidão de Uso Insignificante nº 007912/2009, emitida em 03/08/2009, na qual consta finalidade de dessedentação animal.

Assim, a regularização da mencionada captação é divergente quanto a finalidade de uso, no entanto, houve mudança desta finalidade, conforme constatado na Certidão de Uso Insignificante nº 013577/2012, emitida em 02/08/2012, podendo assim ser entendido que o autuado cumpriu a advertência referente à regularização da captação para fins de consumo humano.

Quanto à autuação referente à penalidade de multa simples, o próprio Autuado confessa que não possuía a devida outorga para captação de água no córrego Taboca/Caçaras, ao aduzir que:

*"(...) existe um processo administrativo de renovação de outorga nº 1073/2011 da portaria IGAM nº 1098/2006, para captação localizada na coordenada geográfica 16°43'21"15", ou seja, muito próximo da captação para dessedentação de animais localizada na coordenada 16°43'31"91" (fl.15).*

Bem como que:

*"(...) entendia o autuado que a outorga existente, bem como o pedido de renovação englobava as duas captações, tendo em vista a proximidade uma da outra e por esta se tratar de uso insignificante" (fl.18)*

Assim, a defesa assevera a existência de pedido de renovação de portaria para captação próxima, mas que não abrange a captação objeto de autuação, bem como afirma ter cometido engano por não constar a captação para dessedentação de animais na outorga concedida e respectivo pedido de renovação. Dessa forma, confirma a inexistência da respectiva outorga.

Verifica-se, ainda, que a captação localizada na coordenada 16°43'31,91", divergente da captação outorgada e renovada por meio do processo administrativo de renovação de outorga nº 1073/2011 da portaria IGAM nº 1098/2006, refere-se à captação não regularizada, motivo pelo qual procede a autuação em apreço.

Ademais, a alegação de que já formalizou o pedido de outorga não está apta a descaracterizar a presente infração, vez que ocorrida em data posterior à fiscalização.

Não obstante, o autuado não juntou aos autos qualquer comprovação da referida formalização.

Quanto à alegação de nulidade do auto de infração por inobservância das atenuantes previstas no art. 68, incisos 'c', 'd', 'e', 'f' e 'i', do Decreto Estadual nº 44.844/2008, informamos que não é possível aplicar ao presente caso quaisquer das circunstâncias





atenuantes previstas na norma referida, por falta de adequação ao caso, motivo pelo qual não há que falar na redução do valor da multa, pelos seguintes motivos:

As conseqüências dos fatos ensejadores da autuação não podem ser considerados de menor gravidade, eis que se trata de infração classificada como grave pelo Decreto nº 44.844/2008, não sendo cabível a aplicação da atenuante constante na alínea "c":

*"c) menor gravidade dos fatos tendo em vista os motivos e suas conseqüências para a saúde pública e para o meio ambiente e recursos hídricos, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;"*

O presente caso não diz respeito a entidade sem fins lucrativos, micro-empresa, micro-produtor rural, unidade produtiva em regime de agricultura familiar ou entidade de baixo nível socioeconômico, diferente da previsão constante na alínea "d":

*"d) tratar-se o infrator de entidade sem fins lucrativos, micro-empresa, micro-produtor rural ou unidade produtiva em regime de agricultura familiar, mediante apresentação de documentos comprobatórios atualizados emitidos pelo órgão competente, ou ainda tratar-se de infrator de baixo nível socioeconômico com hipóteses em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;"*

Não houve qualquer tipo de colaboração da autuada com o órgão ambiental para solucionar problemas advindos de ações do mesmo, o que não caracteriza a atenuante prevista na alínea "e":

*"e) a colaboração do infrator com os órgãos ambientais na solução dos problemas advindos de sua conduta, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;"*

Nem mesmo a atenuante de possuir reserva legal averbada e preservada, prevista na alínea "f", pode ser aplicada no caso vertente, uma vez que, conforme exposto no Auto de Fiscalização nº 84276-19/2012, de 20/06/2012, a reserva legal do empreendimento não se encontra devidamente preservada. Senão vejamos:

*"...às áreas de reserva legal, que está averbada em 4 (quatro) áreas distintas, encontra-se cercada apenas uma das áreas (...) Quanto às áreas de reserva legal, foram constatadas o corte de 9 (nove) árvores isoladas, além da intervenção através de existência de estrada, cascalhagem e de plantio de pastagem. As intervenções em áreas de reserva legal totalizam 11,25 hectares".*

Desta forma, não pode ser aplicada a atenuante prevista na alínea "f":

*"f) tratar-se de infração cometida por produtor rural em propriedade rural que possua reserva legal devidamente averbada e preservada hipótese em que ocorrerá a redução da multa em até trinta por cento;"*

A autuada também não comprovou a existência de matas ciliares e nascentes preservadas em seu empreendimento. Ademais, a equipe SUPRAM NOR constatou no



Auto de Fiscalização nº 84276/2012 (fl. 1/3) que não foi implementado o projeto técnico de reconstituição da flora (PTRF), a ser aplicado nas áreas de preservação permanente que, ressalta-se, englobam também as matas ciliares e nascentes.

Assim, também não pode ser acatada a atenuante inserta na alínea "i

*"i) a existência de matas ciliares e nascentes preservadas, hipótese em que ocorrerá a redução da multa em trinta por cento;"*

Assim, não se vislumbra a possibilidade de aplicação de quaisquer das atenuantes relacionadas no art. 68, do Decreto nº 44.844/2008.

Logo, não há que se falar em qualquer tipo de vício formal ou material na lavratura do Auto de Infração em apreço.

Demais disso, vale mencionar que, dentre os Princípios da Administração Pública, está elencado o da Presunção de Legitimidade, segundo o qual todo ato emanado da Administração Pública encontra-se inseparavelmente ligado à Lei, que lhe dá o necessário suporte de validade.

Como é sabido, a presunção de legitimidade ostenta a prerrogativa *iuris tantum* de fazer prevalecer a sua pretensão até prova em contrário, pois se supõe legais e verdadeiros os fatos alegados pela Administração Pública durante a execução de suas atividades administrativas.

Por se tratar de presunção relativa de legitimidade e, por conseguinte, admitir prova em contrário, o efeito prático de tal presunção é o de inverte o ônus da prova. Assim, o ônus de provar que não praticou a infração verificada, constatada pelo órgão ambiental, compete ao Autuado.

Neste diapasão, trazemos à baila o seguinte ensinamento do renomado doutrinador e administrativista Edis Milaré:

*"Em virtude desse atributo, o ônus da prova é carregado ao suposto infrator, a quem incumbe desconstituir o auto de infração, demonstrando estarem ausentes os pressupostos jurídicos da responsabilidade administrativa". (MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente. Doutrina-Jurisprudência-Glossário - 3ª edição revista. São Paulo: RT, 2004. pág., 697.)*

Portanto, conforme restou demonstrado, a lavratura dos Autos de Fiscalização e de Infração; bem como a aplicação das penalidades de multa simples e advertência em análise, se deram em expresse acatamento às determinações do Decreto Estadual nº 44.844/2008.





#### 4. Parecer Conclusivo

Por todo o exposto, considerando as argumentações apresentadas pela autuada e a ausência de argumentos técnicos e jurídicos capazes de descaracterizarem o respectivo Auto de Infração, remetemos os presentes autos à Superintendência Regional de Regularização Ambiental Noroeste de Minas, sugerindo a **MANUTENÇÃO** da penalidade aplicada, nos termos do art. 37, § 1º, do Decreto estadual nº 44.844/2008.

Data: 09/09/2014

Equipe Interdisciplinar:	MASP	Assinatura
Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental	1364162-6	 Rafael Vilela de Moura Gestor Ambiental MASP 1.364.162-6
Paula Agda Lacerda da Silva Gestora Ambiental	1332576-6	 Paula Agda Lacerda da Silva Gestora Ambiental MASP 1332576-6
De acordo: Ricardo Barreto Silva Diretor Regional de Apoio Técnico	1148399-7	 Ricardo Barreto Silva Diretor Regional de Apoio Técnico SUPRAM NOR - MASP 1148399
De acordo: Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual	1138311-4	 Rodrigo Teixeira de Oliveira Diretor Regional de Controle Processual SUPRAM NOR Masp: 11383114